



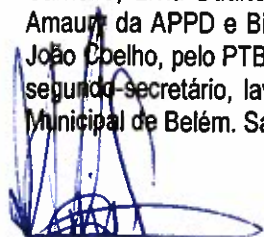
Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA SEXAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO
SEGUNDO PERÍODO DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No décimo quarto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Augusto Santos. Não estando disponível o painel eletrônico, fez-se a chamada nominal dos parlamentares presentes. Em seguida, o presidente abriu a sessão, suspendendo-a posteriormente para a realização de uma reunião com os vereadores na Sala VIP, anexa ao Salão Plenário. Retomada a sessão, fez-se novamente a chamada nominal dos vereadores presentes. Iniciado o Horário do Expediente pronunciaram-se os vereadores inscritos. Lívia Duarte informou ter sido realizada a primeira sessão especial nesta Casa para tratar do clima, com proposição do vereador Fernando Carneiro, em parceria com os vereadores Amaury da APPD, Bia Caminha e também de seu mandato e com a importante participação do coletivo Rede Jandyras. Chamou a atenção para a necessidade de discutir os efeitos das mudanças climáticas em nossa cidade, suas consequências para nossa população. Fez depois um apelo a seus pares para que, na semana seguinte, fosse colocado em pauta e aprovado o projeto de lei que cria a licença maternidade no âmbito da CMB, de autoria da vereadora Blenda Quaresma, externando tratar-se de um direito das mulheres estabelecido pela Constituição Federal. Cientificou haver um projeto de lei de sua autoria criando a indicação Licença Maternidade no painel eletrônico do Salão Plenário deste parlamento em lugar de Ausente, quando fosse este o caso, durante as sessões legislativas. Em aparte, manifestaram-se as vereadoras Blenda Quaresma e Pastora Salete. Matheus Cavalcante aludiu às dificuldades enfrentadas pela população do Distrito de Icoaraci devido à falta de água, situação que perdurava havia muito tempo. Recordou depois terem sido aprovados nesta Casa, antes do recesso parlamentar em julho, três projetos da Prefeitura Municipal de Belém – PMB autorizando o Executivo Municipal a contrair empréstimos que totalizavam quase meio bilhão de reais. Na ocasião, prosseguiu, apresentou quatro emendas, que foram rejeitadas, e votou favoravelmente aos projetos, pois acreditava que aprovação deles permitiria ao prefeito Edmilson Rodrigues trabalhar e efetivar muitas promessas e compromissos de campanha. Entretanto, avaliou, o nível de vida da população de Belém regrediu muito desde então. A passagem de ônibus ficou mais cara, mas a qualidade do serviço piorou e o edital para a licitação do sistema de transporte público por ônibus em Belém foi suspenso pela PMB na semana anterior, reportou. Aditou haver problemas também no sistema municipal de ensino e no atendimento nas unidades municipais de saúde, faltando nelas medicamentos básicos como analgésicos. Em relação ao saneamento, nenhuma obra importante foi realizada pela gestão municipal nesse período, afirmou. Adiantou que votaria contrariamente ao projeto de lei, enviado recentemente pela PMB a este parlamento, autorizando o Executivo Municipal a tomar novo empréstimo junto ao Banco do Brasil. Enfermeira Nazaré Lima reconheceu haver um baixo índice de saneamento básico em Belém, com muitas ruas sem esgotamento e asfalto. Mencionou o canal existente no Bairro da Sacramento, na área conhecida como Malvinas, dizendo que, no início da atual gestão municipal, ele fora limpo e drenado, mas desde então não recebera mais nenhum cuidado e as intensas chuvas recentes fizeram-no transbordar. Ao lado do canal, continuou, há uma creche, cuja construção fora iniciada na gestão municipal anterior, mas estava paralisada e aguardava-se sua continuidade. Relatou ter ido à Secretaria Municipal de Educação - Semec tratar do assunto, sendo então informada de que a retomada da obra estava no cronograma daquela secretaria, entretanto, nada ainda fora feito. Pediu à Semec para reiniciar a obra, alertando que construções inacabadas submetidas às intempéries poderiam, com o tempo, desmoronar. Referiu-se depois à prisão do comandante da lancha Lourdes II, cujo naufrágio provocou a morte de mais de vinte passageiros. Louvou depois a atitude das pessoas que ajudaram a salvar vidas, recolhendo os naufragos, colocando seus barcos à disposição. Destacou a necessidade de prestar assistência psicológica às famílias atingidas pela tragédia, moradores da Ilha de Cotijuba. Expressou posteriormente seu repúdio e indignação por mais um feminicídio em nosso país, desta

vez ocorrido em São Paulo, crime cometido por um colecionador de armas, que matou a ex-esposa e um filho de apenas dois anos. Comentou haver pesquisas mostrando que as vítimas das pessoas portadoras de armas são, em sua maioria, mulheres. Estas vivem em estado de vulnerabilidade, de insegurança, atestou, aludindo à recente agressão sofrida pela jornalista Vera Magalhães por um deputado estadual em São Paulo. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco DEM – Patriota – Cidadania, Matheus Cavalcante relevou a urgência de avançar e concluir as obras do BRT, que se arrastavam havia muitos anos. Lembrou sempre ter defendido a adoção do transporte hidroviário para desafogar o trânsito de Belém, ligando os bairros mais distantes, os distritos de Mosqueiro, Icoaraci e Outeiro ao centro da cidade através de linhas de barco. Infelizmente, até agora essa alternativa foi ignorada pela gestão municipal, lamentou. Registrou que, por outro lado, o edital para a licitação do sistema de transporte público por ônibus fora suspenso pela PMB sem justificativa, na semana anterior, após ter sido publicado por pressão do Ministério Público Estadual do Pará – MPPA. Falando posteriormente pela liderança da Oposição, Matheus Cavalcante fez menção à celeridade na tramitação nesta Casa do projeto de lei da PMB autorizando o Executivo Municipal a contrair empréstimo junto ao Banco do Brasil. Confessou duvidar que esse novo empréstimo, no valor de 200 milhões de reais, viesse a contribuir para o desenvolvimento da cidade, alegando que a gestão municipal tivera anteriormente dinheiro em caixa, mas não realizara obra alguma. Comunicou ter feito emendas ao projeto da PMB, reiterando que votaria contrariamente à sua aprovação. Findo este pronunciamento, o vereador Miguel Rodrigues pediu Questão de Ordem solicitando a realização de um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Guilherme Henrique Menegon Marques, assassinado na Avenida Visconde de Souza Franco, na noite da segunda-feira anterior. Esclareceu que a vítima era diretor administrativo da Escolinha da Mônica, no Bairro da Sacramento. O presidente respondeu que o pedido seria atendido no momento oportuno. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro reportou-se à pesquisa feita pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional sobre insegurança alimentar no Brasil. Em 2020, havia 19 milhões de pessoas passando fome no país, mas atualmente esse número subiu para 33 milhões de pessoas, notificou. Os piores indicadores, entretanto, estão na Região Norte, onde 71,6% das pessoas sofrem de algum tipo de insegurança alimentar, sendo esta classificada em moderada, média e grave. O Pará ocupa a quarta pior posição, dentre os estados brasileiros, no quesito insegurança alimentar grave, com 30% da população vivendo nessa condição, complementou. Ademais, a renda média do paraense em 2020, segundo o IBGE, era de 928 reais, caindo para 828 reais em 2021, completou, julgando esses números muito graves. Manifestou a esperança de que a nova pesquisa do IBGE mostrasse alguma melhora nos indicadores sociais no Pará. Assinalou ser essencial atentar para os dados estatísticos e elaborar políticas públicas efetivas para enfrentar e mudar essa realidade cruel, atribuindo a atual situação a décadas de exploração das riquezas de nosso estado, sem a justa contrapartida em benefício de nossa população. Não havendo mais lideranças inscritas, o presidente encerrou o Horário de Liderança. Foi feita depois a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Fez-se então um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao senhor Guilherme Henrique Menegon Marques, atendendo à solicitação do vereador Miguel Rodrigues. Findo este ato, o vereador Igor Andrade pediu Questão de Ordem solicitando o encerramento da Primeira Parte da Ordem do Dia e da sessão ordinária para que se pudesse iniciar imediatamente a sessão extraordinária e entrasse em discussão o projeto de autoria do Executivo Municipal, constante no Processo nº 1656/2022. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Em seguida, o presidente Augusto Santos encerrou a sessão, às onze horas e quarenta e dois minutos. Justificaram suas ausências os vereadores Zeca Pirão, Gleisson Silva e Altair Brandão. Estiveram presentes os vereadores: Fabrício Gama, Matheus Cavalcante, Pastora Salete e Josias Higino, pelo bloco DEM – Patriota – Cidadania; Émerson Sampaio, Miguel Rodrigues, Biéco e Túlio Neves, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Blenda Quaresma e John Wayne, pelo MDB; Augusto Santos, Goleiro Vinicius e Juá Belém, pelo Republicanos; Fernando Carneiro, Livia Duarte e Enfermeira Nazaré Lima, pelo PSOL; Fábio Souza, pelo PSB; Moa Moraes, pelo PSDB; Amaury da APPD e Bia Caminha, pelo PT; Allan Pombo, pelo PDT; José Dinelly, pelo PSC; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Zeca do Barreiro, pelo Avante; Pablo Farah, sem partido. Eu, segundo secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 14 de setembro de 2022.



1ª Secretária



Presidente



2º Secretário